

Edital nº 001/2022

**ESPECIALIZAÇÃO EM ACESSO À JUSTIÇA COM FOCO NA DEFENSORIA PÚBLICA.**

A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso- ESDEP/MT, em cumprimento às suas funções institucionais conforme ditam os artigos 26-J, incisos I, VII e X e 26-L da Lei Complementar Estadual n. 146/03, torna público o presente edital para concorrência às vagas do curso de pós-graduação (modalidade lato sensu) de Especialização em "Acesso à Justiça e Defensoria Pública", ofertado pela instituição Ouse Saber e contratado por esta Escola conforme extrato de inexigibilidade nº 012/2021 publicado no diário oficial no dia 23 de novembro de 2021.

**DAS VAGAS**

1.Foram contratadas 30 vagas para o curso de especialização em Acesso à Justiça e Defensoria Pública. Para cada 03 (três) vagas contratadas, a empresa disponibilizou uma vaga a mais como cortesia, totalizando 40 (quarenta) vagas disponíveis para a Defensoria Pública de Mato Grosso.

**DA DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS**

2.Considerando o número limitado de vagas, as inscrições serão recebidas de acordo com a ordem cronológica em que forem realizadas, respeitando-se, ainda, a paridade de gênero entre os inscritos.

3.Metade das vagas será destinada aos servidores e servidoras da Defensoria Pública (incluindo-se, aqui, os assessores e assessoras) e a outra metade será destinada aos Defensores e Defensoras Públicas

4.Dentro de cada uma dessas metades, serão reservadas 30% das vagas para interessados ou interessadas negros ou pardos, indígenas ou quilombolas. Na ausência de interessados que preencham esses critérios, as vagas serão redistribuídas às suas frações originais.

**DO INVESTIMENTO**

5.O valor contratado para cada vaga individual é de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais)

6.Buscando incentivar a dedicação ao estudo, a ESDEP fará o custeio integral de todos os inscritos que alcançarem média final acima de 80% da nota máxima e 100% de frequência.

7.Aos que não alcançarem média final acima de 80% da nota máxima, a ESDEP fará o custeio de 50% do valor total. O remanescente do valor do curso deverá ser restituído à ESDEP via desconto em folha em até 6 vezes a partir do primeiro mês após o fim do curso.

8.Caso o inscrito abandone o curso, não atinja a frequência mínima ou reprove nas avaliações, a ESDEP não fará o custeio da pós-graduação, devendo o valor pago ser restituído integralmente à ESDEP via desconto em folha em até 6 vezes a partir do primeiro mês após o fim do curso.

**DO CURSO**

9. A pós-graduação em tela possui o seguinte conteúdo programático:

I - FUNDAMENTOS DO ACESSO À JUSTIÇA E DA DEFENSORIA PÚBLICA - 40h

II - PRÁTICAS INOVADORAS DE ACESSO À JUSTIÇA - 30h

III - REGIME CONSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA - 40h

IV - REGIME LEGAL DA DEFENSORIA PÚBLICA - 40h

V - PRÁTICA CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA - 30h

VI - PRÁTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA COM DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E HUMANOS - 40h

VII - PRÁTICA CRIMINAL DA DEFENSORIA PÚBLICA - 60h

VIII - PRÁTICA DA INFÂNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA - 20h

IX - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA - 20h

## X - AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - 40h

10. Nos termos das normas do MEC, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não é mais obrigatório. Assim sendo, caso o aluno não deseje realizar o TCC, estando aprovado em todos os módulos do curso, a sua certificação poderá ser solicitada e o certificado será emitido. Caso o aluno opte pelo trabalho de conclusão de curso, ele poderá ser de duas espécies: a) Artigo; b) Monografia

(1) O Artigo Científico deverá possuir, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 25 (vinte e cinco) páginas.

(2) A Monografia deverá possuir o mínimo de 40 (quarenta) e, no máximo, 120 (cento e vinte) páginas. As quantidades de páginas citadas não incluem os elementos pré e pós textuais (capa, sumário, referências etc.)

### CERTIFICAÇÃO

11. A certificação de conclusão da pós-graduação, com validade nacional, será realizada pela instituição de ensino superior Uniprojeção, responsável pela criação do curso junto ao Ministério da Educação (MEC), mediante atendimento das devidas condições legais, comprovados:

(1) O cumprimento do prazo de duração do curso estipulado no projeto;

(2) O cumprimento de frequência mínima de 75%, o que é aferida pelo Sistema Sapiens;

(3) A aprovação em todas as disciplinas em processo final de avaliação do curso com nota mínima de 7,0 em uma escala que vai de zero a dez;

(4) Se for o caso, ou seja, em caso de opção do aluno, aprovação do Trabalho de Conclusão do Curso.

### DAS INSCRIÇÕES

12. As inscrições devem ser feitas por e-mail enviado à ESDEP entre 15.02.2022 e 15.03.2022 e devem incluir:

(1) Manifestação de interesse na inscrição

(2) Currículo Vitae acadêmico, incluindo eventuais publicações e magistério

(3) Especificação do método de avaliação final escolhido pelo inscrito

(4) Concordância expressa com o desconto em folha da restituição dos valores nos casos previstos neste edital.

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

13. Os casos omissos e eventuais conflitos serão resolvidos pela Direção da Escola Superior da Defensoria Pública.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2022.

Fernando Antunes Soubhia

Paulo Roberto Marquezini

---

Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso  
Rua Júlio Domingos de Campos - Centro Político Administrativo | CEP 78050-970 | Cuiabá, MT

Código de autenticação: 396efaf6

Consulte a autenticidade do código acima em [https://homolog.iomat.mt.gov.br/legislacao/diario\\_oficial/consultar](https://homolog.iomat.mt.gov.br/legislacao/diario_oficial/consultar)